

PRÁXIS, FORMAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA CONTEMPORÂNEIDADE

2019

Eduardo Falcão de Souza

Estudante do curso de graduação em psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
(FACHO), Brasil.

E-mail de contato:

eduardofalcao.psi@gmail.com

RESUMO

A ética em psicologia constitui-se um elemento basilar norteador para a prática, bem como na formação profissional dos estudantes de graduação. Discutir a ética é fomentar uma reflexão crítica sobre os paradigmas que orientam a atuação dos psicólogos nos distintos cenários sociais. Isso posto, tem-se por objetivo discutir a respeito da ética profissional e a ética individual (moral) como bases para a prática, a formação e a pesquisa em psicologia e possibilidade de ressignificação dessa realidade para os profissionais. Dessa forma, buscou-se nortear as seguintes indagações: como pode o psicólogo superar esta condição na execução da sua prática? Qual a importância de uma base ética na sua formação para lidar com o sofrimento humano na contemporaneidade? Qual a importância da ética no âmbito da produção do saber com seres humanos? E para além destas questões, como este psicólogo, enquanto sujeito social e dotado de subjetividade, inserido nesta mesma realidade, pode ressignificá-la e exercer o cuidado para com o outro?

Palavras-chave: Ética profissional, formação em psicologia, pesquisa com seres humanos.

Copyright © 2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

Este ensaio surge da necessidade de discutir e problematizar um tema tão importante para a ciência da psicologia quanto aqueles das quais se ocupam as teorias clássicas abordadas nas graduações. A ética em psicologia trata-se de um elemento basilar norteador para prática, bem como na formação profissional dos estudantes de graduação. Discutir a ética é fomentar uma reflexão crítica sobre os paradigmas que orientam à atuação dos psicólogos nos distintos cenários sociais.

Este trabalho fundamenta-se na hipótese de que o psicólogo e seu objeto enquanto sujeitos constituem-se subjetivamente num modelo contemporâneo de sociedade, atravessado por angústias e marcas narcísicas, individualistas. Dessa forma, tem-se por objetivo discutir a respeito da ética profissional e a ética individual (moral) como bases para a prática, a formação e a pesquisa em psicologia e possibilidade de ressignificação dessa realidade para o psicólogo.

Para seguir nesta empreitada, adotar-se-á um conceito de ética fundamentado na visão de La Taille, que se traduz na relação entre bem e mal, refletidas nas atitudes das pessoas; trata-se de uma reflexão normativa sobre a moral. Esta última, por sua vez, caracteriza-se pelo conjunto de valores que se espera de um indivíduo pela sociedade. Também se embasa nos princípios fundamentais presentes no código de ética, cujo objetivo “é de que ele seja um instrumento capaz de delinear para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para sua formação e balizar os julgamentos das suas ações, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão” (CFP, 2005, p. 7).

Na primeira parte deste ensaio, se discute como a psicologia e a ética se constituem na contemporaneidade, diante de um sujeito perpassado pelas marcas do mal-estar. Em seguida pretende-se abordar a importância da ética para a construção de uma prática de cuidado com o outro. Na terceira parte se discute a necessidade de uma base ética na formação, enquanto preparação para lidar com o sofrimento humano na contemporaneidade. Na quarta parte se estabelece a pertinência da ética ao lidar com este sofrimento na produção do saber. Por fim, se pretende discutir acerca do alto-cuidado enquanto um dever ético necessário para a prática do cuidado com o outro.

A PSICOLOGIA, O SUJEITO E A ÉTICA NA CONTEMPORÂNEIDADE.

Desde seu início a sociedade vem se transformando e tornando-se cada vez mais potente em termos de tecnologia e conhecimento. Muito se tem alcançado no campo das ciências, graças à

suposta acessibilidade proporcionada pelos meios de comunicação. Seguindo por esta via, a psicologia tem feito grandes avanços nas suas diferentes áreas – prova disso é a aprovação do Projeto de Lei 3.688/2000¹.

A sociedade tem se colocado em patamares elevados no universo do saber. Contudo, a existência de um mal-estar latente coloca na balança uma medida desleal, difícil de ser superada e constantemente mascarada pelo vislumbre que oferece o primeiro. As pessoas estão cada vez mais tomadas por um sentimento individualista exacerbado, como observou Balman (1998, p. 9): “A liberdade individual (...) tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano”. Buscam um prazer sem medidas e incessante, que tem por consequência o surgimento dos sintomas que atravessam a subjetividade na contemporaneidade, conforme o sociólogo pontuou: “Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais” (BALMAN, 1998, p. 10).

De acordo com Bernardi (2010, p. 6) “O outro é compreendido dentro de um sistema de códigos, de relações e de valores, que é construído num dado tempo e circunstância”. É neste cenário caótico denunciado por Balman que o sujeito se constitui na contemporaneidade, em meio ao individualismo e à necessidade de ter em detrimento da razão de ser. Dessa forma, as relações tornam-se deveras vazias, e o valor do outro cada vez menos significativo. Assim surgem as desigualdades e a insensibilidade diante do sofrimento humano (BERNARDI, 2010).

Neste cenário, o psicólogo é aquele que, através da sua práxis, se dispõe a escutar a angústia do outro, entender seu sofrimento e conduzi-lo pelas vias do alto-conhecimento e da autonomia. É através desse movimento que ele empresta ao outro sua subjetividade, nas formas de cuidado. Contudo, este profissional se constitui subjetivamente na mesma realidade, de igual modo é perpassado pela cultura e suas marcas. Como alerta Bernardi (2010, p.6), “Também é nessa relação que nossa subjetividade se produz, e é esse cruzamento, nesse ‘sem fundo’, que nos constituímos. (...) espaços de opressão e de ausência de liberdade são hegemônicos”.

O fato é que o mal-estar social denunciado por Balman atinge a todos, produzindo amarras estigmatizantes. Em meio a sociedade contemporânea, aquele que traz seu sofrimento e aquele que o acolhe são atingidos pelo individualismo. Isto se evidencia ao longo da história, nos momentos em que os saberes desta tão bela ciência foram usados para ganhos pessoais, formas de controle desleais, entre outras finalidades efêmeras.

Diante desta realidade, faz-se necessário refletir sobre algumas questões pertinentes ao desenvolvimento dos profissionais e estudantes de psicologia: Como pode o psicólogo superar esta

¹ O PL dispõe da introdução de psicólogos e assistentes sociais no quadro de funcionários das instituições públicas de educação básica.

condição na execução da sua práxis? Qual a importância de uma base ética na sua formação para lidar com o sofrimento humano na contemporaneidade? Qual a importância da ética no âmbito da produção do saber com seres humanos? E para além destas questões, como este psicólogo, enquanto sujeito social e dotado de subjetividade, inserido nesta mesma realidade, pode ressignificá-la e exercer o cuidado para com o outro?

A ética na práxis da psicologia

Antes de direcionar o foco dos nossos esforços na tentativa de esmiuçar o primeiro dos questionamentos anteriormente feitos, faz-se necessário definir a que perspectiva ética se quer recorrer. Para este fim, é evidente que seria possível apelar para as teorias clássicas de filósofos como Kant, que a entende como um modo de existência, ou Espinosa, que discursa acerca do livre arbítrio enquanto um fundamento ético.

Não é nosso objetivo desqualificar estes mestres. Contudo, o que aqui se aspira é instigar reflexões sobre a ética em dimensões específicas da psicologia. Ao tratar de teorias densas como aquelas, corre-se o risco de desvirtuar a centralidade do trabalho, dessa forma, confundindo o leitor. Portanto, optou-se por uma definição mais sucinta, de semelhante caráter e que permita se fazer inferências mais claras.

Dessa forma, na concepção de Yves de La Taille (2016), ética diz respeito a uma escolha, uma reflexão profunda direcionada à forma que se quer conduzir a vida. Nesta perspectiva, pode ser entendida como um elemento orientador, de ordem reflexiva. A moral, todavia, diz respeito a um conjunto de condutas que se espera serem cumpridas pelo sujeito na sociedade. A moral é compreendida como um elemento da ordem do dever. Para o autor, a ética e a moral se encontram e se fazem valer numa dimensão psicológica, que pode ser assim entendida: “*um indivíduo somente agirá conforme princípios e regras morais (seja quais forem) se essas fizerem, para ele, sentido no plano ético*”² (LA TAILLE, 2016, p. 33).

Ainda na tentativa de esclarecer a função da ética na sociedade, os autores Reis, Rodrigues e Melo (2010, p. 4) a caracterizam como “a expressão da medida. É a garantia da harmonia que resulta da boa conduta da alma e que determina o lugar certo de qualquer coisa (e de qualquer ato) no mundo”. Dessa forma, entende-se a que La Taille quis se referir com a dimensão psicológica da ética.

Estabelecida a visão de ética que se pretende adotar, deve-se seguir ao questionamento já estabelecido anteriormente: Como pode o psicólogo superar esta condição na execução da sua

² Grifo do autor.

práxis? Em outras palavras, através de que instrumento o psicólogo, enquanto profissional dedicado a propagação de saúde mental, poderá balizar sua prática de cuidado diante da realidade social contemporânea pela qual ele, bem como seu objeto são perpassados?

Um fato pertinente, que se pode inferir a partir desta reflexão, é que o psicólogo é atravessado por essa realidade duplamente, inicialmente através da sua vivência pessoal, e posteriormente na sua vivência profissional, através da angústia do outro que lhe é trazida nos diversos contextos da sua atuação.

Reis, Rodrigues e Melo (2010, p. 4-5) observaram que este tipo de exposição pode colocar em conflito a percepção ética da práxis, com aquilo que a emergência das demandas supostamente exige: “A presença de situações como ansiedades, angústias, medos desencadeiam crises pessoais e familiares e impõem aos profissionais vinculados aos cuidados com a saúde inúmeras dúvidas com relação a práticas que sejam coerentes com o propósito ético da ciência que representam”.

De situações como essas surge a necessidade de um balizamento, de princípios universais a todas as áreas de atuação da psicologia, que possa embasar e orientar a práxis. O Código de Ética Profissional do Psicólogo está para além de um documento normatizador. Como é possível verificar na sua apresentação, trata-se de “um instrumento capaz de delinear para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para sua formação e balizar os julgamentos das suas ações, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão” (CFP, 2005, p. 7).

É através dos princípios demarcados neste documento que o psicólogo deve nortear sua práxis, com o objetivo de oferecer ao outro uma abordagem digna. Como observou Silva (2008, p. 226), “se quisermos buscar algum balizamento para nosso pensamento-ação, não o encontraremos na epistemologia, mas sim numa *ética*”.

No entanto, Reis, Rodrigues e Melo (2010, p. 5) assinalam sua insuficiência diante de situações específicas, nas quais a reflexão da conduta deve-se estender também para “a ação do psicólogo guiada por seus valores e princípios, construídos ao longo de sua formação pessoal e profissional”.

O Código de Ética, em seu terceiro princípio fundamental estabelece que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 8). O pressuposto da responsabilidade social, presente neste princípio, indica um compromisso que o profissional assume com a sociedade, com aqueles que estão mazeados pelas amarras já mencionadas. É através da análise crítica e histórica desta realidade que ele encontra os meios para um fazer ético.

Para La Taille (2016), a ética se inquieta para responder uma pergunta, “que vida eu quero viver?”, enquanto a moral busca entender “como devo agir?”. Retomando este princípio, diante

das demandas e desafios que surgem na prática cotidiana desta ciência, que se propõe a cuidar eticamente do outro, é pertinente se questionar “Que prática se quer fazer?”, para que possamos compreender “como devemos agir” para proporcionar o bem-estar ao outro.

A ética na formação em psicologia

Até aqui estabelecemos um conceito ético coerente com a proposta do Código de Ética Profissional da classe, bem como (re)afirmamos sua importância na práxis, frente ao mal-estar que perpassa a subjetividade na contemporaneidade. Cabe ressaltar que refletimos sobre como o psicólogo é atravessado duplamente por este mal, e acerca da importância da sua ética individual no proceder da sua abordagem.

Como já foi argumentado anteriormente, o psicólogo em toda a sua carreira irá se valer da ética estabelecida pelo órgão que rege os parâmetros da sua profissão, o CFP, através do Código de Ética Profissional. Também se baseará na sua moral, sua “ética” individual, nas tomadas de decisão em meio ao cotidiano da sua atuação (REIS; RODRIGUES; MELO, 2010).

Quando se fala em uma formação ética, imediatamente nos remetemos ao nascedouro desta. É na graduação que a maioria dos profissionais e alunos entram em contato pela primeira vez com o código orientador. É neste ambiente que podem ter a oportunidade de conhecer, debater e produzir saberes acerca do tema. Portanto, a graduação pode ser considerada o nascedouro de uma consciência ética profissional, ou o início da inserção do sujeito nos princípios norteadores da sua atuação, ao menos para boa parte daqueles que passaram por ela.

Isso posto, podemos seguir na tentativa de refletir a respeito do segundo questionamento norteador estabelecido anteriormente, a saber: Qual a importância de uma base ética na formação do psicólogo para lidar com o sofrimento humano na contemporaneidade?

Bernardi (2010) Identifica na formação em psicologia uma insuficiência no dever de sensibilização dos discentes em relação a construção de vivências em trabalhos comunitários, coletivos e no posicionamento crítico. Segundo a autora isso se deve ao fato de “mantermos, em alguns momentos, uma visão redutora de homem e de mundo” (BERNARDI, 2010, p. 7)

Aqui é pertinente tornar a evocar La Taille (2016), que aponta, na sociedade contemporânea, aquilo que ele chama de “cultura da vaidade”, caracterizada pela superficialidade, onde as coisas adquirem pouco sentido na consciência das pessoas, inclusive o outro. Os princípios e as virtudes passam a ser vistas como efemeridades.

Se pudéssemos estabelecer uma convergência entre a percepção de Bernardi e a visão de La Taille, caberia refletir acerca de mais um questionamento: “Estariam as nossas formações em

psicologia impregnadas pela cultura da vaidade?”. Se respondêssemos esta pergunta afirmativamente, estaríamos respondendo simultaneamente o questionamento feito anteriormente.

Ainda na visão de La Taille (2016), a cultura da vaidade é marcada por um culto ao sucesso e o consumismo de forma desmedida. Segundo Bernardi (2010, p. 3) “A educação atual tem sido predominantemente regida por princípios de mercado e não por preocupação com a realidade social”. Em outras palavras, os cursos de graduação estão oferecendo aquilo que se deseja ser consumido pela cultura da vaidade.

Este tipo de visão, esbarra no princípio fundamental já citado anteriormente, levando a refletir sobre o perfil profissional dos que são formados por instituições que desconsideram o princípio da responsabilidade social. Dessa forma, é possível compreender a ética enquanto um elemento basilar na formação dos psicólogos.

A solidez de uma formação ética é importante porque constrói no sujeito um senso de dever e compromisso social. Ela instiga no aluno o despertamento para uma consciência crítica, diante dos estigmas sociais. É neste momento que o psicólogo em formação poderá vivenciar os princípios norteadores, constituindo-se um sujeito ético no âmbito do seu fazer psicológico. É aqui que sua ética profissional individual poderá ser refinada, através das experiências de estágio, observação, visitas, rodas de conversas entre outras.

A ética na pesquisa com seres humanos

Aqui adotar-se-á o pressuposto de que a pesquisa constitui uma articulação entre a prática e os conhecimentos teóricos do pesquisador, que se esforça por se aprofundar no estudo de um certo fenômeno. À semelhança da práxis e da formação, o âmbito da pesquisa com seres humanos em psicologia lida diretamente com a realidade social do seu objeto, dessa forma entende-se que a ética exerce uma importância semelhante. Contudo, neste tópico pretende-se abordar a sua importância para a validação do trabalho dos pesquisadores, para que se possa refletir “qual a importância da ética no âmbito da produção do saber com seres humanos?”

A ideia de um conjunto específico de diretrizes para normatizar as pesquisas na área das ciências humanas é um evento bastante recente no Brasil, tendo em vista que apenas “a partir da década de 90 se tomou consciência de que a aplicação dos referidos princípios³ não podia ser resolvida exclusivamente em âmbito individual pelo pesquisador” (BORGES; BARROS; LEITE, 2013, p. 147).

³ As autoras se referem à “princípios éticos e morais” que direcionam as atividades na área da pesquisa (p. 147).

Talvez, um movimento que tenha corroborado para esta percepção tardia, possa ter uma raiz histórica epistemológica. De acordo com Silva (2008), um dos primeiros teóricos que engendrou esforços na tentativa de estabelecer uma base epistemológica nas Ciências Humanas, tal como a das Ciências positivistas, foi R. Carnap que estabeleceu o “critério de confirmabilidade”, segundo o qual nem uma hipótese pode ser plenamente verificável, apenas parcialmente confirmada. Em seguida K. Popper estabeleceu o paradigma de falseabilidade. Depois dele, T. Kuhn teorizou a respeito de paradigmas, visões de mundo que norteiam uma comunidade científica.

O que se observou neste movimento, no entanto, é que “nem Carnap, nem Popper, nem Kuhn encontraram subsídios para incluir as Ciências Humanas no seletivo ‘clubinho’ d’A Ciência” (SILVA, 2008, p. 223). Segundo este autor, isso ocorreu porque “as Ciências Humanas, de modo geral, não possuem um corpo teórico unificado, um solo comum de onde derivar suas especificidades. Nem os dois termos de sua designação (Ciência e Humano) encontram consenso”.

A percepção pontuada por Silva (2008) denuncia uma suposta falha no nascedouro da epistemologia das ciências humanas. Contudo, pode ser evidenciada também a hegemonia de uma cientificidade positivista inflexível. Na atualidade este dilema pode ser visto presente nas questões éticas em relação à pesquisa com seres humanos.

De acordo com Borges, Barros e Leite (2013), na época em que foi criado, o PL nº 196/1996, que dispunha da normatização de pesquisas com seres humanos, concebia a pesquisa como a prática de atividades direcionadas ao “conhecimento generalizável”. Este tipo de visão pode corroborar para a redução das possibilidades de se produzir saber, uma vez que reduz o que vem a ser Ciência (e conseqüentemente pesquisa) a apenas uma das visões epistemológicas que norteiam a psicologia.

Outro fato pertinente, que pode ser mencionado diz respeito ao campo de interpretação do objeto das Ciências Humanas. Silva (2008) atenta para a emergência em se voltar para um parâmetro pragmático de análise interpretativa. Este autor argumenta que a singularidade do objeto não permite uma interpretação imediata, dessa forma se recorreu à hermenêutica. Contudo, segundo ele, para de conferir cientificidade à psicologia é necessária uma imersão pragmática no campo da interpretação do seu objeto.

Atualmente, o CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) é o órgão federal responsabilizado por normatizar os parâmetros das pesquisas com seres humanos no país. Os comitês de ética são responsáveis por avaliar se as pesquisas estão aptas para aplicação, dimensionados pelas diretrizes estabelecidas pelo primeiro. (BORGES; BARROS; LEITE, 2013).

A discussão a respeito da ética nesta área é importante pois é através do cumprimento desta que as produções são validadas. Trata-se de uma forma de fomentar a produção de pesquisas. É necessário pensar sua importância para a garantia dos direitos do sujeito participante da pesquisa,

bem como os cumprimentos dos deveres do pesquisador. Como exemplo pode ser citado o Art. 9º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que dispõe: “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenham acesso o exercício profissional” (CFP, 2005, p. 15).

A ética do auto-cuidado

Até aqui procuramos compreender como a ética perpassa três diferentes âmbitos da psicologia, nos quais o psicólogo estabelece sua atuação. Na práxis, na sua formação e no viés das pesquisas com seres humanos se refletiu acerca da importância do desenvolvimento ético profissional. Viu-se como este sujeito assume o compromisso de oferecer para a sociedade um serviço balizado pelo código de ética profissional e pela sua moral construída na experiência da sua atuação.

Se faz pertinente abordar neste trabalho a temática do auto-cuidado considerando que a ética também tem o objetivo de resguardar, acolher, o psicólogo no âmbito da sua profissão. Para além disso, ela exige deste sujeito uma percepção de autopoiese, como pontua Bernardi (2010). Diante disso, podemos seguir com a seguinte questão: como este psicólogo, enquanto sujeito social e dotado de subjetividade, inserido nesta mesma realidade, pode ressignificá-la e exercer o cuidado para com o outro?

Apenas para que nos situemos, retomemos Balman ao evidenciar o mal-estar da pós-modernidade (1998, p. 9): “A liberdade individual (...) tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano”. Em concordância, La Taille (2016) observa na sociedade contemporânea a cultura da vaidade, da superficialidade das coisas. Diante disso, tornamos a enfatizar que a subjetividade do psicólogo é atravessada duplamente por essa realidade, inicialmente através da sua vivência pessoal e posteriormente pela sua vivência profissional, através da angústia do outro, a qual se propõe a cuidar.

Como pontua Bernardi (2010, p. 9), este movimento transferencial muitas vezes provoca “a sensação de que o que fazemos não está de fato conectado à realidade, ou melhor, ao que deveria ser a realidade, pois temos a sensação de que não damos conta daquilo com a qual temos de trabalhar”. Ela observa ainda que isso ocorre porque nossa percepção da realidade é de normalidade, quando na verdade, a realidade pode se apresentar desgovernada e surpreendente.

Quando se abordou inicialmente, na primeira parte deste ensaio, o tema do mal-estar da pós-modernidade e a forma como o psicólogo se constitui eticamente frente a esta realidade, se pretendia também despertar no leitor livremente algo parecido com a indagação que norteia esta parte. O que se deseja aqui é refletir sobre a importância do cuidado de si, não apenas como

necessidade individual, mas como um dever ético e imperativo para uma prática comprometida com a sociedade.

O cuidar de si para cuidar do outro pode ser entendido como um movimento ético necessário ao desenvolvimento profissional do psicólogo. Segundo Bernardi (2010, p. 5) “A compreensão da ética como cuidado nos aproxima do conceito de autopoise”. Este conceito pressupõe a ideia de voltar-se a si mesmo na empreitada de construir a si mesmo.

Este princípio pode ser encontrado no Código de Ética Profissional que prevê no Art. 1º, parágrafo b), ser é um dever fundamental do psicólogo “assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente”. A ideia de estar capacitado pessoalmente pode assumir, entre outras interpretações, o sentido de alto-cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo este ensaio se pretendeu evidenciar a necessidade de se desenvolver uma consciência ética, um fazer ético. Contudo não se deve deixar-se limitar pelas diretrizes e normas que regem a atuação, apesar de sua inegável contribuição. É necessário experienciar este fazer de modo crítico, alçando reflexões cada vez mais profundas.

No âmbito da prática e da formação em psicologia, constitui um elemento de desconforto para alguns e de necessidade para todos. O fato é que debruçar-se nos princípios normativos norteadores da profissão pode ser tanto empolgante, quanto exaustivo. Todavia o que assegura a emergência de se construir eticamente na profissão é a sensibilidade diante da realidade, diante daquilo que nos afeta diretamente.

Seja na práxis, na pesquisa ou na formação, o fazer psicológico demanda uma postura ética que denota responsabilidade para com o outro, a sociedade e principalmente para com a própria categoria. Se não houver um certo rigor, corre-se o risco de disseminar uma percepção distorcida e generalizante a respeito dos psicólogos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALMAN, Z. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998. p. 269.

BERNARDI, C. M. C. N. O lugar da ética na formação do psicólogo: Cuidado e Autopoiese. 2010.

BORGES, L. O.; BARROS, S. C.; LEITE, C. P. R. L. A. *Ética na Pesquisa em Psicologia: Princípios, Aplicações e Contradições Normativas*. Psicologia: Ciência e Profissão, Belo Horizonte, v. 33, n. 1, 2013, p. 146 – 161.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

LA TAILLE, Y. Moral e ética no mundo contemporâneo. Psicologia USP, São Paulo, n. 110, jul./ago./set. 2016, p. 30 – 42.

REIS, D. K. dos; RODRIGUES, A. S.; MELO, C. M. S. A práxis do psicólogo face ao código de ética profissional. Revista científica eletrônica de psicologia, Garça, v. 16, n. 14, 2010.

SILVA, J. S. *Psicologia e epistemologia: por uma perspectiva ética de potencialização da vida*. Aletheia, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, jan./jun. 2008, p. 222 – 232.